



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE
PROTOCOLO DE DOCUMENTOS NO SEI! – Cadastro de Usuário Externo

TERMO DE USO

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, encontrará informações sobre:

- o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele;
- o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço;
- as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço;
- as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço;
- informações para contato, caso exista alguma dúvida, ou seja, necessário atualizar informações; e
- o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço encontrará **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, informações sobre:

- qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade;
- os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço;
- a forma como eles são coletados;
- se há o compartilhamento de dados com terceiros; e
- quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis ao serviço de **Protocolo de documentos no SEI** e concorda em ficar vinculado a eles.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

- **Agentes de tratamento:** o controlador e o operador;
- **Autoridade nacional:** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional;
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- **Cookies:** pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.
- **Dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- **Encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de dados (ANPD);
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, e produção, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Códigos maliciosos:** é qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores;
- **Internet:** o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- **Sítios e aplicativos:** sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados;
- **Terceiro:** Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico;
- **Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado):** todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço **Protocolo de documentos no SEI "Cadastro de usuário externo"**;
- **Violação de dados pessoais:** é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

- **Portaria Normativa nº 2, de 26 de agosto de 2021:** Institui o Sistema Eletrônico de Informações -SEI como o sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos no âmbito do IBAMA;
- **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015:** Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017:** Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 , dispõe sobre a simplificação do atendimento



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019);

- **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020:** Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público;
- **Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020:** Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.
- **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:** Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017:** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
- **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012:** Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição;
- **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012:** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Descrição do serviço

O Ibama, por meio do Sistema Eletrônico de Informações-Sei/Ibama, disponibiliza o **Cadastro de Usuário Externo**. A funcionalidade é ofertada ao usuário (cidadão) que se propõe a acessar ou atuar com o Ibama por meio do peticionamento eletrônico para assinar documentos, pedido de vista ou simples acesso a processos. O cadastro está condicionado ao preenchimento de formulário junto ao Sei/Ibama (pré-cadastro para criação de login e senha de acesso), informando os dados pessoais que são validados mediante a apresentação/encaminhamento dos documentos de identificação e do comprovante de endereço.

Acessível a todos os cidadãos, órgão e entidade, pública ou privada, a ferramenta possibilita a pessoas físicas ou jurídicas, interessadas ou não, de maneira segura e instantânea, a assinatura de contratos, convênios e documentos, iniciar processos, protocolar pedidos/requerimentos, obter vista de documentos ou processos



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

administrativos com restrição de acesso. Isso, de forma eletrônica (pela internet), sem a necessidade do comparecimento presencial nas unidades do Ibama.

Quais são os direitos do usuário do serviço?

O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- Direito de retificação (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV): é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

Será de responsabilidade única e exclusivamente do usuário quando diante dos seguintes eventos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro.



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Tendo em vista que o serviço lida com informações pessoais, o usuário concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como “spiders” ou “scrapers”), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o serviço, sem permissão expressa por escrito do órgão.

É vedada a utilização do serviço para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610/1998, que protege os direitos autorais no Brasil.

Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço.

Caso o usuário descumpra o Termo de Uso ou a Política de Privacidade, ou seja investigado em razão de má conduta, o órgão poderá restringir seu acesso. O usuário também deverá responder legalmente por essa conduta.

Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?

A Administração Pública, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma. Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a estes Termos de Uso e Política de.

Privacidade por meio do sítio www.gov.br/ibama/pt-br, conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

Em hipótese alguma, o serviço e seus colaboradores responsabilizam-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive negligência ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso do serviço, mesmo que advertida a possibilidade de tais danos.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

A Administração pública se compromete a preservar a funcionalidade do serviço ou aplicativo, utilizando um layout que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível, e exibir as funcionalidades de maneira



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

completa, precisa e suficiente, de modo que as operações realizadas no serviço sejam claras.

Qual o contato pelo qual o usuário do serviço pode tirar suas dúvidas?

Caso o usuário tenha alguma dúvida sobre este Termo de Uso, ele poderá entrar em contato pelo email sei.sede@ibama.gov.br ou pelos canais de ouvidoria do Ibama.

Este Termo de Uso pode ser alterado?

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 15/04/2022.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, no sítio as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Este Termo será regido pela legislação brasileira.

Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Justiça Federal, na seção judiciária do domicílio do usuário, por previsão do artigo 109, §§ 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal.



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Esta Política de Privacidade tem validade indeterminada e poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção ou o site do serviço no Ibama.

Agentes de tratamento

Para o serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Endereço: SCEN Trecho 2 - Edifício Sede - L4 Norte - Brasília/DF - CEP: 70818-900.

E-mail: presidencia@ibama.gov.br

Telefone: (61) 3316-1001/02

Para o serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, o operador do serviço é representado pelo **Serviço de Documentação e Informação – SEDIN/IBAMA**, possuindo a operacionalização do tratamento de dados realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Dados do **Serviço de Documentação e Informação – SEDIN/IBAMA** (Protocolo), como operador de negócio Endereço:

SCEN Trecho 2 – Edifício Sede - L4 Norte - Brasília/DF - CEP: 70818-900.

E-mail: sei.sede@ibama.gov.br

Telefone: (61) 3316-1109

Dados do SERPRO como operador técnico Endereço:

SGAN Quadra 601 Módulo "V", Edifício Sede, Brasília-DF, CEP: 70836-900.

E-mail institucional: sic@serpro.gov.br

Telefone: (61) 2021-8400.

Quem é responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador e os titulares dos dados (Encarregado)?

Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), foi indicado o encarregado de tratamento de dados para atuar como canal de comunicação entre o IBAMA, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os dados do encarregado podem ser encontrados no link <https://www.gov.br/ibama/ptbr/composicao/quem-e-quem/tratamento-dedados-pessoais>.

Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?

Os dados pessoais do usuário recolhidos são os seguintes;

Dados para criação da conta perfil (cadastro do usuário) - Nome completo, Documento pessoal com CPF, Endereço residencial, Endereço eletrônico (e-mail) e Número de telefone (opcional).

Como os dados são coletados?

Os dados pessoais do usuário são recolhidos da seguinte forma; o cidadão interessado, busca informações no site do Ibama ou contato telefônico, cadastra-se como usuário do sistema sei/Ibama e encaminha por e-mail os documentos de identificação e o comprovante de endereço para validação do cadastro. O cadastro pode ser efetuado de forma presencial nas unidades de protocolo, a validação e liberação é imediata e não há retenção de documentos.

Para que fim utilizamos seus dados?

Os dados pessoais coletados têm por finalidade o cadastro individual, que permite o acesso e interação do usuário a determinados conteúdos e processos do sistema Sei-Ibama, exclusivo para usuários cadastrados.

Detalhar a utilização de cada dado coletado.

- Nome completo: necessário para identificação e validação do usuário no cadastro. Considerar pertinência de acesso a processo com grau de restrição.
- Número de inscrição no CPF: necessário para identificação e validação do usuário no cadastro. Considerar pertinência de acesso a processo com grau de restrição.
- Endereço de e-mail : necessário para identificação do usuário no sistema, estabelecendo um canal de comunicação entre o prestador de serviço e o beneficiário.
- Endereço: necessário para conformidade de informações e alternativa para contato.

Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

- Nome completo: coleta, análise, acesso e arquivamento.
- Número de inscrição no CPF: coleta, análise, acesso e arquivamento.
- Endereço de e-mail: coleta, análise, acesso e arquivamento.
- Endereço: coleta, análise, acesso e arquivamento.

Os dados são arquivados permanentemente no bando de dados do Ibama, sujeito a consulta, respeitando as exigências legais.



Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

Os dados pessoais do usuário coletados no Serviço de Documentação e Informação – SEDIN/IBAMA (Protocolo), **não são** compartilhados.

Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário

O serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”**, se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O site utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, o site se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço **Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”** se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

Por fim, o site se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

O serviço Protocolo de documentos no SEI “Cadastro de usuário externo”, utiliza cookies?

O serviço não trabalha com política de cookies.